

**REQUERIMENTO N°     , DE 2017**

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, § 2º, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso VI, 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2017, estejam contidas as políticas de *“segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste”*.

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 96-B do RISF estabelece que as comissões permanentes deverão selecionar anualmente, em sua área de competência, políticas públicas para serem avaliadas. Ao final da sessão legislativa, a comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada.

As matérias e questões relacionadas aos recursos hídricos, segundo o art. 91, §1º, inciso II, do RISF, são de competência das comissões. Complementarmente, o art. 104-A estabelece que questões relativas às políticas de desenvolvimento regional, são de competência da CDR, as quais, portanto, incluem políticas de segurança hídrica e gestão de águas.

O Relatório Mundial das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2016 foi claro em afirmar que a “gestão insustentável dos recursos hídricos e outros recursos naturais pode causar graves danos às economias e à sociedade, invertendo



significativamente os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento”.

Embora haja disponibilidade de água doce suficiente no planeta para atender as necessidades humanas, investimentos insuficientes em infraestrutura, o uso inadequado e a inexistência ou precária gestão dos recursos hídricos leva à escassez que atinge 40% da população mundial em escala crescente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), para que se tenha qualidade de vida em níveis razoáveis é necessário um mínimo de 80 litros de água por pessoa no dia. Ainda segundo a OMS, em 2025, poderá ocorrer falta de água em 48 países, atingindo 1,4 bilhões de pessoas. Nessa mesma linha, a ONU afirma que, também em 2025, um terço dos países do mundo terá seu desenvolvimento ameaçado pela falta de água. Ainda de acordo com a ONU, desde 1990, 28 países sentem a falta de água, atingindo uma população de 335 milhões de habitantes.

O Brasil ainda é privilegiado, pois possui aproximadamente 14% do total de água doce disponível superficialmente no mundo. Considerando o Continente Americano, a América do Sul possui pouco mais de 61% da água da região e o Brasil responde sozinho por 39% do total de água das Américas.

Contudo, apesar de o País ainda dispor de grandes rios, como o é o caso do rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e vazão, situado na região Norte, e com disponibilidade hídrica elevada frente a outros países, o constante acompanhamento da gestão desses recursos é essencial para que uma realidade oposta, de escassez de água, não se alastre pelo País.



As regiões Norte e Nordeste do Brasil expressam claramente o cenário desafiador descrito acima. Se no semiárido nordestino a escassez é a realidade, no Norte a abundância não assegura o consumo devido, saudável e regular das populações, urbanas e ribeirinhas, que lá habitam.

O problema se agrava com as expressivas **mudanças climáticas** que tem provocado escassez de chuvas em períodos prolongados, o que torna insuficientes as infraestruturas disponíveis, demandando novos investimentos, desenvolvimentos de tecnologias inovadoras, gestão eficiente e, sobretudo, mudança de atitude da sociedade em relação ao uso dos recursos hídricos disponíveis.

A comparação do nível de armazenamento dos reservatórios do Semiárido, constituído por grandes açudes, entre março deste ano e março do ano passado mostra nova queda de volume em seis, dos oito estados monitorados: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O volume dos reservatórios equivalentes da Região Nordeste, considerando os empreendimentos com capacidade maior ou igual a 10 hectômetros, ou seja, que podem armazenar pelo menos dez bilhões de litros, era de 13,81% ao final de fevereiro deste ano - no mesmo período de 2016 esse número chegou a 21% e, em 2015, alcançou a marca de 25,3%. Dos 533 reservatórios que a Agência Nacional de Águas (ANA) monitora na região, 144 estão secos, com destaque para os seis Estados informados acima, que concentram a maior parte dos reservatórios secos do Nordeste.

Por sua vez, a **Região Hidrográfica São Francisco**, principal fonte de água disponível para consumo humano no Nordeste, possui aproximadamente 638.466 km<sup>2</sup> de área (7,5% do território nacional), abrangendo os estados Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal. O rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na



Serra da Canastra, e chega a sua foz, no Oceano Atlântico, entre Alagoas e Sergipe, percorrendo cerca de 2.800 km de extensão. A área possui 503 municípios e engloba parte do semiárido, que corresponde a aproximadamente 58% dessa região hidrográfica. Com relação aos usos, há predomínio de retirada para irrigação (213,7 m<sup>3</sup>/s), que representa 77% do total de demandas na Região. A irrigação é seguida pela demanda urbana, com 31,3 m<sup>3</sup>/s (11%).

A Região do São Francisco tem importante papel na geração de energia elétrica, com potencial instalado, em 2013, de 10.708 MW (12% do total do País). Destacam-se as usinas de Xingó (3.162 MW), Paulo Afonso IV (2.462 MW), Luiz Gonzaga (1.479 MW) e Sobradinho (1.050 MW).

Desde 2013, a bacia do rio São Francisco vem enfrentando condições hidrológicas adversas, com vazões e precipitações abaixo da média, com consequências nos níveis de armazenamento dos reservatórios instalados na bacia. No final de fevereiro de 2017, a relação entre a vazão afluente observada e a vazão média mensal de longo termo (1931 a 2014) nos dois principais reservatórios situados nesta bacia, Três Marias e Sobradinho, era 23% e 33%, respectivamente. Dessa forma, em fevereiro de 2017, ao final do período chuvoso, quando era esperada uma recuperação dos níveis dos reservatórios na bacia, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio São Francisco era somente 21% do seu volume útil total. Essa dramática situação tem exigido um enorme esforço de gerenciamento dos reservatórios pelo governo, usuários e sociedade com o objetivo de evitar um colapso generalizado na bacia do rio São Francisco.

Devido às baixas precipitações, bem abaixo da média, o Semiárido do Nordeste permanece em situação crítica em termos de



disponibilidade hídrica, já que os índices de chuvas não têm sido suficientes nem mesmo para a manutenção dos estoques, na maioria dos casos.

Cerca de 28% da população brasileira reside no Nordeste, mas apenas 3% da disponibilidade de água do País se encontra naquela Região. O Rio São Francisco detém 70% de toda a oferta de água da região, historicamente submetida a ciclos de seca rigorosa.

**O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)** pretende garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. O Ministério da Integração Nacional é o responsável pelas obras e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) será responsável pela operação e manutenção do projeto.

A gestão e a sustentabilidade ambiental e financeira do projeto, entretanto, é aspecto que deve ser constantemente tratado pelos estados beneficiados e pela União de maneira a assegurar a efetividade do fornecimento da água.

Na **bacia amazônica** – onde moram 30 milhões de pessoas – a economia está diretamente associada à dinâmica do ciclo hidrológico. O fluxo dos rios determina a organização dos assentamentos humanos, a posse da terra, o sistema de produção e a organização social. Qualquer alteração nas provisões do ecossistema causam uma pressão imediata sobre essa população, na qual o índice de pobreza é bem maior que a média do país.

Secas e cheias são fenômenos naturais na Amazônia. Nos últimos anos, porém, com as mudanças climáticas, eles têm se tornado mais



extremos. Estudos realizados para analisar dados sobre os níveis dos rios na Amazônia, têm identificado que o recorde mínimo vem caindo nos últimos anos, assim como tem aumentado o recorde máximo – indicando aumento da variabilidade interanual nesse sistema fluvial.

Nas secas extremas de 1997, 2005 e 2010, os principais impactos da seca observados foram a alta mortalidade dos peixes (principal fonte de proteína na região) e perda das plantações, além da falta de água potável, e a interrupção no principal meio de transporte – o fluvial – dificultando o acesso dos moradores aos mercados e, hospitais e escolas.

Nas enchentes severas de 2006, 2009 e 2015, os principais impactos foram a escassez de água potável, maior dificuldade na pesca, destruição de casas, prejuízo às atividades extrativistas, morte de animais de criação e plantações, e surtos de doenças como malária e diarreia. Dessa forma, existe a necessidade de políticas públicas para garantir o bem-estar das populações, bem como investimentos em estradas e meios de transporte alternativos, escolas e soluções alternativas de abastecimento.

A segurança hídrica não é apenas a construção de infraestrutura, mas também a gestão do uso da água nas bacias hidrográficas que fornecem suprimento para a maior parte da população e os demais usos. A garantia de acesso à água para populações que se encontram dispersas no território e mais distantes das fontes correntes e estocadas também deve ser considerada. Apesar da abundância de água na Região Amazônica a existência de desabastecimento de água em populações isoladas também é uma realidade que precisa ser enfrentada.

Para o Semiárido o Governo Federal dispõe de um conjunto de ações que busca universalizar o amplo acesso e uso de água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar a partir da instalação de



**cisternas** de consumo e de produção, sistemas coletivos de abastecimento de água, kits de irrigação e barreiros.

Neste sentido já foram distribuídas mais de 1,2 milhões de cisternas até maio de 2016, o que representa uma capacidade total de armazenamento de 20,1 bilhão de litros abastecidos com água da chuva e em momento de estiagens mais prolongadas é capaz de armazenar água abastecida por caminhões pipa.

Avaliar a possibilidade de desenvolvimento de programas similares na região Norte torna-se uma necessidade.

Por fim, o Brasil sediará em Brasília o **8º Fórum Mundial da Água em março de 2018**, quando são esperados cerca de 30 mil representantes de mais de 100 países para discutir temas relacionados aos recursos hídricos.

Dentre suas atividades o Fórum reunirá autoridades oficiais em nível mundial com o objetivo de ampliar a inserção da temática água na agenda política mundial, sendo este, portanto, um importante espaço onde o Senado Federal poderá desenvolver um importante papel dentre as instituições governamentais brasileiras.

O mito da abundância das águas precisa ser superado e o tema da segurança hídrica, principalmente nas áreas que já são afetadas com grave escassez, tornou-se vital para as pessoas e para a economia num contexto de incertezas climáticas, o que requer atuação destacada dos órgãos de governo e do Parlamento Brasileiro.

O Senado Federal tem a tradição de se debruçar sobre os importantes temas que afetam a vida dos cidadãos brasileiros e seus impactos no âmbito federativo. O tema da segurança hídrica, portanto, além de atual



demanda atenção prioritária, notadamente nos estados que compõem as regiões Norte e Nordeste, dada as suas características sociais, econômicas e ambientais marcadas por secas prolongadas e/ou alagamentos intermitentes.

Estas são as razões pelas quais apresento o presente requerimento de Avaliação de Política Pública na CDR para tratar da crise hídrica no Norte e Nordeste brasileiro e solicito apoio dos nossos pares.

Sala da Comissão, de março de 2017.

**Senadora FÁTIMA BEZERRA**  
Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)



SF/17307.53440-42